



Estudo Técnico Preliminar – Obras e Serviços de Engenharia

Requisitante: Secretaria de Obras, Infraestrutura Rural e Serviços Urbanos.

1. OBJETO

Este documento de formalização de demanda trata da eventual Contratação de empresa, devidamente habilitada na concessionária de energia elétrica, para a prestação de serviços de ampliação e readequação de rede de distribuição elétrica para atendimento ao Loteamento Agostinho Locatelli, localizado no Distrito de Dr. Paranhos, neste Município de São Jorge D'Oeste.

O presente estudo técnico preliminar consiste na primeira etapa do planejamento da contratação, com a finalidade de garantir a viabilidade e fundamentar o projeto básico, consoante previsto no art. 6º, inciso XX da Lei 14.133/2021.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E OS RESULTADOS PRETENDIDOS - art. 18, § 1º, incisos I e IX, da Lei nº 14.133/2021

O setor de Habitação do Município de São Jorge D'Oeste, possui uma demanda alta de solicitações de casas para atender pessoas carentes do município, com base nesta demanda o município está construindo casas, com isso há a necessidade de executar a infraestrutura para atender essas residências, sendo a execução da rede de energia elétrica. Considerando que o município já tem projeto de extensão de rede elétrica aprovado na Copel apto a execução, e o mesmo não possui mão de obra qualificada para tal execução, a contratação de empresa especializada através do processo licitatório é necessário para o atendimento desse loteamento social Agostinho Locatelli.

3. PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - art. 18, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021

Embora o serviço não conste no plano anual de compras, o mesmo é imprescindível, pois tratasse de infraestrutura básica para tender a segunda fase do loteamento social Agostinho Locatelli.



4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - art. 18, § 1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021

4.1. O objeto a ser licitado é considerado obra de engenharia, conforme (ex: Resolução Nº 25/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná que dispõe sobre os conceitos de obra e de serviço de engenharia e dá outras providências tendo como Anexo I a Orientação Técnica do IBRAOP OT – IBR 002/2009 (Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas), em seu item 3 define “Obra de engenharia é a ação de construir, reformar, fabricar, recuperar ou ampliar um bem, na qual seja necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos envolvendo a participação de profissionais habilitados conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66.”

O objeto licitado possui atividades privativas aos engenheiros e/ou arquitetos.

Isto posto, para **habilitação**, além da documentação jurídica, fiscal e trabalhista, conforme preconizadas nos artigos 67 e 68 da Lei 14.133/21, também será necessária comprovação relativa à **qualificação técnico-profissional e técnico-operacional**. Assim, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica com a regularidade do licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede.

a.1) Em se tratando de empresa de engenharia não registrada no CREA do Estado do Paraná deverá apresentar o registro do CREA do Estado de origem, ficando a licitante vencedora obrigada a apresentar o visto do CREA do Paraná antes da

assinatura do contrato.

b) Comprovação de possuir em nome da empresa, atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de responsabilidade técnica com comprovação de descrição do objeto e quantidade mínima, nos termos dos artigos 67 e seguintes da Lei 14.133/2021, sendo permitido o somatório de atestados:

DESCRIÇÃO OBJETO	QUANTIDADE MÍNIMA
Prestação de serviços de ampliação e readequação de rede de distribuição elétrica para atendimento de Loteamento.	01unidade



- b.1) O(s) atestado(s) apresentado(s) para a comprovação de responsabilidade técnica somente constituirá(ão) prova de capacitação se acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico, ou ART, emitido(s) pelo CREA.
- c) Declaração formal da empresa, assinada pelo responsável técnico do licitante, acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- d) comprovação de cadastro da empresa na Copel para execução do serviço.

4.2. Capacidade Técnica Profissional:

a) declaração de responsabilidade técnica, indicando o responsável técnico pela execução da obra (Anexo IX) até o seu recebimento definitivo pelo licitador;

a.1) O responsável indicado, para fins de comprovação da capacitação, deverá participar da obra objeto da licitação.

b) a declaração de responsabilidade técnica deverá ser acompanhada de “Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT” do(s) responsável (eis) técnico (s) indicado (s), emitido (s) pelo “Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, de execução de, no mínimo, uma obra de semelhante complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à solicitada no objeto da presente contratação;

c) A comprovação de pertencer ao quadro permanente da empresa deverá ser feita mediante uma das seguintes formas:

c.1) Carteira de Trabalho;

c.2) Certidão do CREA;

c.3) Contrato Social;

c.4) Contrato de prestação de serviços;

c.5) Contrato de Trabalho registrado na DRT;

É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo responsável técnico, ou utilização de seu acervo técnico, por mais de uma proponente.

O responsável técnico só poderá ser substituído, se atendidos os critérios exigidos nesse Edital, e desde que com expressa autorização do Município.

- 4.3. Sobre os critérios de sustentabilidade e o objeto em questão: Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e



consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável.

- 4.4. A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Está também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação.

Sugere-se a realização de vistoria para a formação do preço, para que sejam verificadas eventuais ocorrências que possa dificultar a realização dos serviços.

A vistoria deverá ser agendada junto ao Departamento De Engenharia. É cabível a substituição por declaração formal assinada pelo responsável técnico da empresa licitante sobre o pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

Não será exigida a garantia de participação, visto que o valor da contratação não é significativo.

O objeto deverá ser licitado via concorrência eletrônica, por empreitada por preço global, tendo que vista que é uma obra de baixa complexidade, sendo possível definir no projeto executivo o quantitativo dos serviços e etapas a serem executados, facilitando a fiscalização da execução, com critério de julgamento menor preço (art. 6º, inciso XXXVIII, alínea "a", Lei 14.133/21).

Ite m	Descrição - detalhamento técnico	Unidade	Quantidade
1	Contratação de empresa, devidamente habilitada na concessionária de energia elétrica, para o fornecimento de material e a prestação de serviços de ampliação e readequação de rede de distribuição elétrica para atendimento ao Loteamento Agostinho Locatelli, localizado no Distrito de Dr. Paranhos, neste Município de São Jorge D'Oeste Conforme projeto aprovado na Copel.	SERV.	01

5. DO QUANTITATIVO ESTIMADO - art. 18, § 1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021

A quantidade prevista foi baseada no projeto elétrico aprovado na concessionária de energia COPEL.



6. DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO E DA SOLUÇÃO COMO UM TODO - art. 18, § 1º, incisos V e VII, da Lei nº 14.133/2021

Foram realizadas pesquisas em órgãos e entidades com contratações similares à que pretende está Administração, com a finalidade de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades.

Abaixo seguem as contratações encontradas e avaliadas:

Contratação	Órgão Público	Objeto	Link acesso
Dispensa de licitação n. 88/23	Prefeitura Três Barras /PR	Contratação de empresa para ampliação de rede para atender a iluminação pública do município de Três Barras do Paraná.	chrome-extension://efaidnbmnribpcajpcglclefndmkaj/https://trebarras.pr.gov.br/attachments/article/14721/DISPENSA%20N%C2%B028%20-%20PORTAL.pdf
Concorrência Pública - nº 01/2024	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO PLANALTO DE ARAXÁ - CIMPLA	a contratação de empresa especializada na execução de obras e serviços de engenharia elétrica, para a Construção de Extensão de Rede de Energia Elétrica e Iluminação Pública, Melhoria e Ampliação no Índice de Iluminamento de Vias Públicas e Manutenção do Sistema de Iluminação Pública dos Municípios que compõem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO PLANALTO DE ARAXÁ – CIMPLA e demais órgãos e entidades públicas que desejarem aderir.	file:///C:/Users/Us er/Downloads/edita l_extensao_de_rede_1713818081%20(1).pdf

Observa-se que os demais órgãos também contratam o objeto por meio de processo licitatório, empreitada por preço global.

Tais soluções já são utilizadas por esta Administração e se mostram mais adequadas para a satisfação do interesse público.

7. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO – inciso VI, § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21

O valor estimado da contratação será R\$ R\$ 156.960,82.

Os preços da planilha orçamentária foram obtidos através de pesquisa de mercado, conforme preconiza o seu art. 23, §2º, inciso I, da Lei n. 14.133/21.



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS DA PESQUISA DE MERCADO

OBJETO: Prestação de serviços de ampliação e readequação de rede de distribuição elétrica para atendimento ao Loteamento Agostinho Locatelli, localizado no Distrito de Dr. Paranhos, neste Município de São Jorge D'Oeste Conforme projeto aprovado na Copel.

	NOME DA EMPRESA					CNPJ		DATA DA COTAÇÃO	
COTAÇÃO 1	Energ Comercio De materiais Elétricos Ltda					80.172.091/0001-81		04/11/24	
COTAÇÃO 2	Construredes Construções Elétricas LTDA.					14.942.111/0001-21		01/11/24	
COTAÇÃO 3	Puton e Dal Molin Ltda					85.482.594/0001-77		29/10/24	
						VALOR R\$			
ITEM	PRODUTO/SERVIÇO	QTDE.	COT 1	COT 2	COT 3	MENOR PREÇO	MAIOR PREÇO	MÉDIA SIMPLES	Valor Global
1	Prestação de serviços de ampliação e readequação de rede de distribuição elétrica para atendimento ao Loteamento Agostinho Locatelli, localizado no Distrito de Dr. Paranhos, neste Município de São Jorge D'Oeste Conforme projeto aprovado na Copel.	1	R\$ 152.829,45	R\$ 161.900,00	R\$ 156.153,00	R\$ 152.829,45	R\$ 161.900,00	R\$ 156.960,82	R\$ 156.960,82
TOTAL									R\$ 156.960,82

8. JUSTIFICATIVAS DO PARCELAMENTO OU NÃO – inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21

O objeto não poderá ser parcelado em razão da contratação da obra ser mais satisfatório do ponto de vista de eficiência técnica, por manter a qualidade da execução do objeto, haja vista que o gerenciamento e compatibilização dos andamento dos serviços permanecem o tempo todo a cargo de um mesmo administrador, ressaltando que oferece, também, um maior nível de controle pela Administração na execução dos serviços, cumprimento de cronograma e observância de prazos com a concentração da responsabilidade do contrato e garantia dos resultados em uma só pessoa.

Ressalta-se que em contratações com serviços inter-relacionados, o atraso em uma etapa do objeto implica no prazo final de entrega dos serviços. Pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado.



9. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS - inciso XI, § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21

Não há necessidade de contratações interdependentes ou correlatas à viabilidade desta contratação.

10. DAS PROVIDÊNCIAS PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO - inciso X, § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21

Não há inovações na presente contratação, logo não será necessário promover providências específicas pela Administração previamente à celebração do contrato, nem realizar capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual.

11. DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS - inciso XII, § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21

Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável.

É responsabilidade da Contratada observar e cumprir a legislação vigente para disposição adequada dos resíduos.

12. DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO - inciso XIII, § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21

A contratação configura viável e necessária, tendo os estudos preliminares evidenciado que a solução é possível, técnica e economicamente.

São Jorge D'Oeste, 05 de novembro de 2024

Glaciano de Oliveira
Engº CivilCREA/PR n157785/D
Decreto- 2664/2018